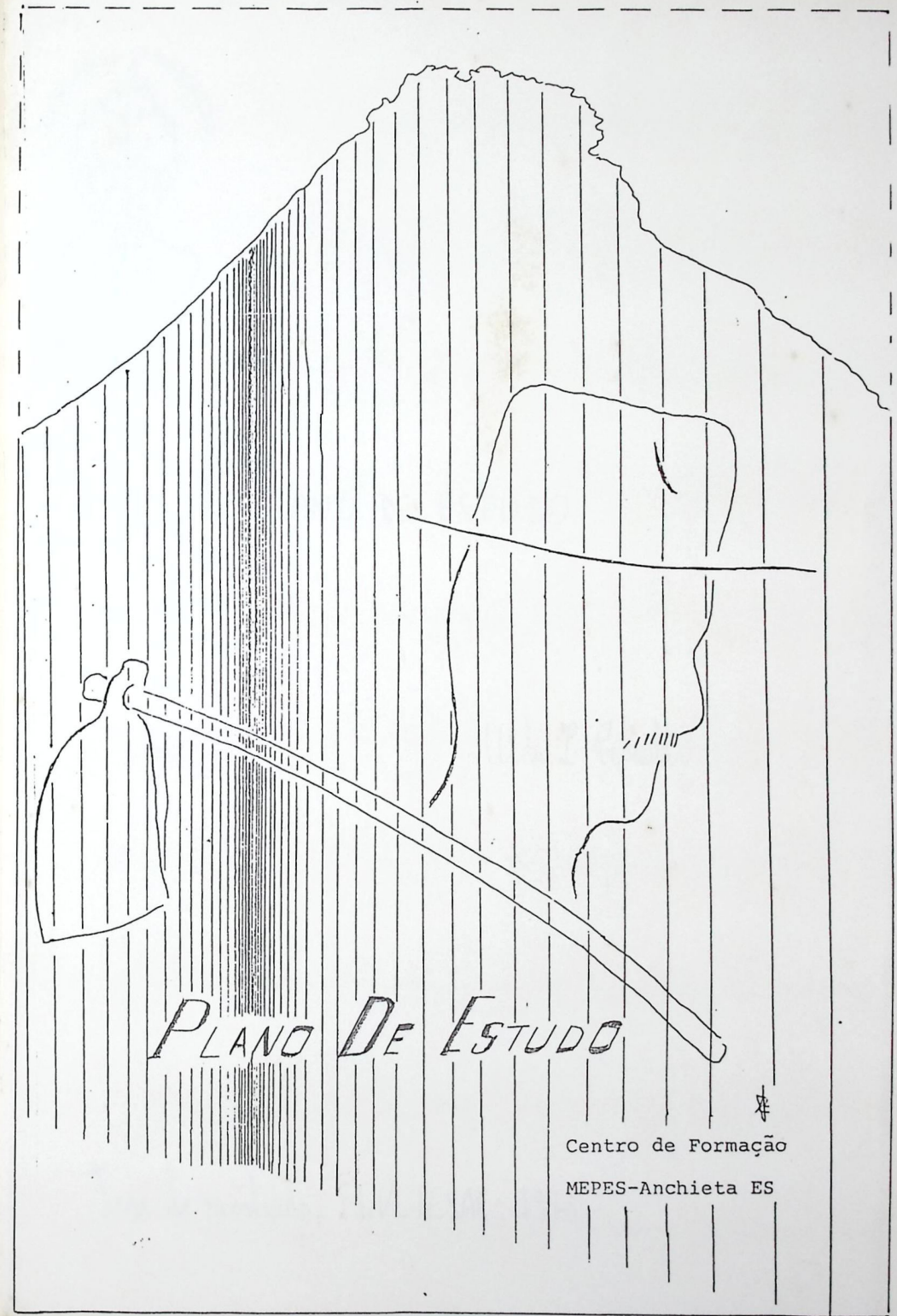
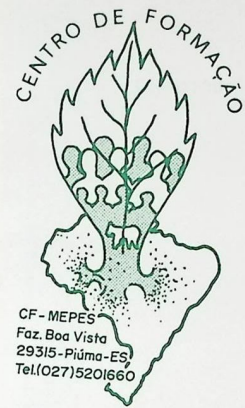


CF



*PLANO DE ESTUDO*

Centro de Formação  
MEPES-Anchieta ES



# O PLANO DE ESTUDO

Alba L. Perotti

Tese de mestrado - FGV - IESAE - 1978

### 2.2.1. O Plano de Estudo

O Plano de Estudo (PE) é atualmente o principal instrumento metodológico. Dentro da alternância ele é conceituado:

" A alternância constitui a estrutura pedagógica fundamental e permite, através do Plano de Estudo, uma relação autêntica entre a vida e a escola (...). O Plano de Estudo é o instrumento pedagógico fundamental da Escola Família, ele é a pedagogização da alternância; é a forma concreta de tornar em ato as potencialidades da alternância; é o veículo que leva para a vida as reflexões, as questões, as conclusões. Dentro do método da alternância, portanto, utiliza-se uma atividade que permite tornar concreto o princípio de que a vida educa e ensina.

" O Plano de Estudo é um guia (questionário) elaborado pelos alunos juntamente com a equipe de professores, ao findar uma semana de aula, a fim de investigar com seus pais, um aspecto da realidade cotidiana da família, seu meio, suas vivências."<sup>1</sup>

Entretanto, no início da experiência da Escola Família, o Plano de Estudo constituía um instrumento didático de base a um instrumento maior, o Caderno de Propriedade (CP):

" os polos da alternância FAMÍLIA-ESCOLA são assegurados por dois instrumentos básicos da metodologia da EFA:

1º - Plano de Estudo (PE)

2º - Caderno de Propriedade (CP). (Monografia realizada pelo aluno, na EFA, a partir dos dados pesquisados através do PE)."<sup>2</sup>

O Caderno de Propriedade ainda se constitui o principal instrumento didático utilizado pela *Maison Familiale*. É possível estabe

<sup>1</sup> MEPES. *Bases estruturais e metodológicas das Escolas da Família Agrícola do MEPES*. s.d. p.1-2.

<sup>2</sup> MEPES. *Uma cultura para o mundo novo*. Op. cit, p.113.

lecer um paralelo entre a elaboração do Caderno de Propriedade, na experiência francesa e o Plano de Estudo, na experiência brasileira.

A origem do Caderno de Propriedade (*Cahier de l'exploitation familiale*) para a *Maison Familiale* masculina ou Caderno da Casa (*Cahier de maison*) para a feminina nasceram da necessidade de assegurar uma ligação entre a ação dos pais e dos monitores na formação do jovem, visto que a *Maison Familiale* não deveria desprezar as situações vividas pelo jovem no meio rural. A *Maison Familiale* optou desde o início pela não inclusão de práticas agrícolas durante a sessão escolar. Ela não inclui propriedade agrícola para demonstração junto ao seu prédio escolar. Porém, como conciliar a teoria aprendida na *Maison* com a prática desenvolvida na família?

Em 1947 nasceu a idéia da elaboração da monografia da propriedade familiar, como um recurso didático que apoiasse os cursos teóricos na *Maison Familiale*, já que foi concebida como uma escola do meio e para o meio rural. Da sistematização desta monografia, em 1949, originou-se o *Cahier de l'exploitation familiale* (CEF). Este era mais completo que a monografia e permitia uma maior reflexão para o aluno. Coube ao Caderno de Propriedade favorecer a instrução agrícola e geral, assim como toda a formação do jovem. Aliado à estrutura da alternância, o Caderno de Propriedade uniu a prática desenvolvida na propriedade familiar à teoria ensinada na escola.<sup>3</sup>

Elaborado durante os três anos que transcorre a formação do jovem, o Caderno de Propriedade tem a função de servir como um guia durante e posteriormente a essa formação. Nele o jovem anotaria todas as ocorrências da propriedade familiar, tornando-o dinâmico e sempre atualizado. A elaboração do *Cahier* não deve apresentar as características de um trabalho solitário. Ele deve relacionar-se aos demais trabalhos realizados pelos alunos nas atividades que compõem as práticas curriculares ou o plano de formação da *Maison Familiale*.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> DUFFAURE, A. e ROBERT, J. *Une méthode active d'apprentissage agricole: Les cahiers de l'exploitation familiale*. Paris, L'AIL, 1975. p. 10.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 27-8.

O Caderno de Propriedade e o da Casa possuem uma ligação estreita com as disciplinas de formação especial voltadas para a agricultura e economia doméstica. Suas ligações com as disciplinas de formação geral são mais intensas em Ciências e Estudos Sociais do que com a Matemática e Língua Pátria. Apesar dessa fragilidade, a Matemática está presente em todas as situações de cálculo que envolvem a administração de uma propriedade familiar ou de uma habitação. O mesmo acontece com a Língua Pátria, presente em todos os momentos da elaboração dos Cadernos; redigindo ou se expressando oralmente, tudo é motivo para o monitor ensinar ao aluno como melhor se expressar.<sup>5</sup>

A elaboração do Caderno de Propriedade e o da Casa comporta atividades na escola e na família, cujos passos podem ser identificados a seguir:

a) durante a permanência na *Maison Familiale*, os alunos elaboram um questionário, o Plano de Estudo;

b) na família, de posse do Plano de Estudo, o aluno interroga os pais, dialogando com os mesmos; redige posteriormente as respostas e observações feitas;

c) retornando à *Maison Familiale*, com a ajuda do monitor, que corrige sua redação, o aluno desenvolve o seu modo pessoal de redigir o Plano de Estudo;

d) ainda na *Maison Familiale*, dá-se a passagem da ação individual ao trabalho de grupo. É a *colocação em comum*: cada aluno lê para os colegas a sua redação do Plano de Estudo. Após a leitura, divididos em pequenos grupos, os alunos trocam experiências e elaboram as conclusões dos grupos. Estas são posteriormente entregues aos monitores para que sejam corrigidas. Uma análise final é redigida pelos relatores dos grupos e posteriormente reproduzida e distribuída entre os alunos.<sup>6</sup>

Todas as demais atividades complementares desenvolvidas pelas disciplinas que envolvem e enriquecem o Plano de Estudo, são juntamente com ele arquivadas no Caderno de Propriedade.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 109 e 110

<sup>6</sup> CHARTIER, Daniel. Op. cit., p. 17-22.

Retornando à experiência brasileira, assim o MEPES relacionou o Plano de Estudo com o Caderno de Propriedade:

" O PE e o CP são instrumentos próprios da alternância. Através deles se opera a integração da vida com a escola, criando no aluno o hábito de unir a reflexão e ação e de partir da experiência para a sistematização racional.

" O PE constituirá a base para o diálogo com a família. Consta de questões elaboradas em conjunto, num primeiro momento de sistematização, a partir de um diálogo comum entre monitores e educadores, tendo sempre por base a realidade do educando ( problemas ligados ao seu meio; situação familiar, pecuária, agricultura etc.). Estas questões serão estudadas, debatidas e esclarecidas junto à família e mesmo na experimentação concreta do trabalho.

" O CP consiste num trabalho de sistematização das reflexões proporcionadas pelo PE, visando sempre a volta modificada para a ação concreta. A conjugação do CP e PE permite a sistematização e enriquecimento dos conhecimentos, conduzindo a aprendizagem por caminhos reais: as aquisições mais importantes surgem da vida e se dirigem à modificação da vida.

" O CP e o PE são, de certa forma, centralizadores de todas as experiências educativas das EFA.

" É a partir da problemática levantada que se procurará a sistematização do estudo (currículos, programas, horários) e se utilizarão de todos os recursos pedagógicos necessários a uma boa formação ( visitas a propriedade, viagens de estudo, palestras, serões etc.)<sup>17</sup>

Essa concepção de relação existente entre o Plano de Estudo e o Caderno de Propriedade acima relatado não é o que se pratica nas Escolas Famílias do MEPES. Com o decorrer dos anos, o Movimento, fixando-se nos passos da elaboração do Caderno de Propriedade ( conforme experiência francesa), determinou o Plano de Estudo como o principal instrumento metodológico de suas escolas e abandonou definitivamente o Caderno de Propriedade. Este fato está bem expresso nas palavras de Bruno Daniel, ex-monitor da escola de Bley:

" Não sei bem o que vem ser exatamente este caderno de propriedade! Herdamos este nome, mas não sabemos bem qual é o seu conteúdo. Não sei se coincide com o pasta onde os alunos guardam o PE.

<sup>17</sup>MEPES. *Uma cultura nova para um mundo novo*. Op. cit., p.30-41

" Se for assim, acho o nome 'caderno de propriedade' muito impróprio, pois parece indicar que os PE versam sempre sobre assuntos relacionados com a propriedade. O que não corresponde à verdade, pelo menos na nossa escola.

" Com os nossos alunos, nunca falamos de 'caderno de propriedade' e sim da 'Pasta dos Planos de Estudo'. Com isto não resolvemos o problema do nome, mas por enquanto, não temos outra solução.

" Nesta pasta os alunos guardam, nesta ordem:

- . O questionário do PE (cópia mimeografada)
- . A redação pessoal do PE (passada a limpo)
- . A síntese da colocação em comum (cópia mimeografada)

" Esta pasta do PE pode ser melhorada, acrescentando mais alguns trabalhos complementares, elaborados pelos alunos com a ajuda dos monitores, como por exemplo:

- . desenhos
- . gráficos
- . leituras e artigos de jornais relacionados com o assunto do PE
- . pesquisas complementares
- . folhas de observação, etc.<sup>18</sup>

Entretanto, quais os motivos que concorreram para o abandono do Caderno de Propriedade e a adoção do Plano de Estudos como instrumento metodológico básico da Escola Família?

Várias explicações podem esclarecer essa transferência metodológica:

- os primeiros monitores das Escolas Famílias (1969 a 1971) foram treinados na metodologia original da *Maison Familiale (Escola-Família)*;
- nesses primeiros anos de atuação o curso da Escola Família tinha mais o aspecto de promoção social do que de escolarização formal;<sup>9</sup>

<sup>8</sup> DANIEL, Bruno. *O Plano de Estudo: dois anos de experiência na EFA de Bley*. Anchieta, MEPES, 1977. p. 16.

<sup>9</sup> A *promoção social* para o MEPES podia ser vista como um atendimento ao agricultor e seus filhos, dentro e fora da escola. O trabalho dos monitores ultrapassava a sala de aula e concomitante ao trabalho realizado na escola, os monitores visitavam as famílias, orientando pais e alunos sobre os temas propostos pelo Plano de Estudo e consequentemente essas orientações atingiam também os aspectos técnicos utilizados para a exploração familiar. Outro ponto a considerar eram os cursos de extensão agrícola proporcionados pela Escola Família aos agricultores da região, fossem ou não pais de alunos. Esses cursos eram convencionados com a ACARES, atualmente EMATER-ES.

- os monitores exerciam mais o papel de animadores rurais do que meros transmissores de conhecimento teóricos (professores);<sup>10</sup>
- a própria Escola Família constituía uma novidade, assim como os seus instrumentos metodológicos.<sup>11</sup>

Com a adaptação da experiência e sua sistematização observou-se

que:

- os monitores treinados na Itália foram deixando o MEPES;<sup>12</sup>
- a Escola Família deixou de ser uma novidade;
- sua sistematização demandou a inclusão de pressupostos legais na estrutura da alternância: currículo oficial, faixa etária, carga horária etc.;
- nos cursos de treinamento para os novos monitores não se falou mais em Caderno de Propriedade e sim em Plano de Estudo;
- os próprios monitores passaram a não acreditar mais no Caderno de Propriedade;
- a transferência da rejeição do Caderno de Propriedade dos monitores para os alunos;
- a rejeição pelos alunos na elaboração do Caderno de Propriedade, devido a não colaboração dos pais;

<sup>10</sup> O termo *promoção social* empregado pelo MEPES vem a ser o que os europeus denominam de *desenvolvimento comunitário e animação*. (MALASSIS, Louis. *Actualité, éducation développement*. Paris, UNESCO, 1975. p.67). Segundo este autor *animação* é definida como "forma particular de educação diretamente ligada à colocação na prática de novas estruturas do desenvolvimento rural, envolvendo diversos elementos sociais, estruturais e camponeses, implicados nesses programas. Assim definida, a animação procede do desenvolvimento considerado em seus diferentes aspectos: técnico, econômico, sociológico, político. Ela visa a formar homens aptos à participação, à iniciativa, à decisão."

<sup>11</sup> Em 1969 a situação escolar nos municípios atingidos pelo Movimento era precária. A zona rural e os distritos só dispunham de escola primária isolada de um só professor. Nas sedes dos municípios funcionavam os antigos grupos escolares da rede oficial estadual e ginásios pertencentes à rede particular. Essa situação não permitia ao aluno do meio rural continuar os estudos pós-primário. Os municípios de Piúma e Iconha só dispunham de grupos escolares em sua sede municipal. Isso fazia com que os alunos egressos dessas escolas fossem estudar em Cachoeiro de Itapemirim ou em Rio Novo do Sul.

<sup>12</sup> Do pessoal treinado na Itália, só um monitor ainda permanece no Movimento. Em 1977 ele era Coordenador da Escola Família de Jaguaré.

- a mudança de elementos na equipe de monitores não favorecia a troca de experiência sobre o Caderno de Propriedade;
- o trabalho de promoção social enfraqueceu;
- a diversificação da clientela da Escola Família, que passou a aceitar filhos de não proprietários rurais e procedentes de municípios diferentes daquele de sua localização;
- a recomendação do MEPES em diversificar os assuntos do Plano de Estudos, aprofundando-se também em temas que explorassem o aspecto social, principalmente sobre o trabalho, para atender a sua clientela diversificada.

Os motivos até então assinalados, entre outros, concorreram para o enfraquecimento do Caderno de Propriedade<sup>13</sup> e consequentemente do Plano de Estudo. Estes ao serem elaborados sem uma vinculação com o período que o aluno permanecia em casa, perdiam a razão de ser. Entretanto, o MEPES, ao mesmo tempo que buscava a inclusão de suas escolas na estrutura do ensino de 1º grau vigente, também procurava definir os seus Instrumentos metodológicos. Passou a dar maior ênfase ao Plano de Estudo, como instrumento essencial da alternância.

A explicação mais plausível para essa transferência metodológica do Caderno de Propriedade para o Plano de Estudo e, porque não dizer, dessa busca de um *modelo brasileiro* de Escola Família se iniciou a partir de 1974, com o intercâmbio que o MEPES passou a manter com a APEFA. Dessa troca de experiências sobre a metodologia da alternância, foi elaborado o documento *Bases estruturais e metodológicas das Escolas da Família Agrícola do MEPES*. Sua fundamentação teórica baseia-se no documento da APEFA, *Outra escola na América Latina*.<sup>14</sup>

A elaboração do Caderno de Propriedade só foi desenvolvida nas escolas masculinas do sul do Estado até 1974 (primeira fase da implantação das escolas). Nas escolas do norte ele não chegou a ser aplicado.

<sup>13</sup> A denominação Caderno de Propriedade foi inadequada para a clientela diversificada atendida pela Escola Família. O MEPES ao adaptá-lo, deveria ter estudado um nome que mais se adequasse à realidade abrangida. Suprimi-lo contribuiu para enfraquecer a metodologia da Escola Família.

<sup>14</sup> Inclusive o MEPES manteve a mesma denominação contida no capítulo VI do referido documento. Em nenhuma parte do documento da APEFA menciona o Caderno de Propriedade. O Plano de Estudo é o instrumento metodológico básico usado nas Escolas Famílias argentinas.

Os monitores entrevistados não souberam definir corretamente o que eram os Cadernos de Propriedade e da Casa. Eles só conhecem os passos metodológicos do Plano de Estudo, que aprenderam no treinamento proporcionado pelo MEPES e nos encontros com os técnicos da APEFA.

Nas famílias entrevistadas os pais não tinham conhecimento do Caderno de Propriedade, o mesmo acontecendo com os alunos.

Dentre os ex-alunos entrevistados, apenas dois irmãos residentes no povoado de Itinga, interior de Rio Novo do Sul, souberam explicar o que veio a ser o Caderno de Propriedade confeccionado por eles, numa correspondência análoga ao *Cahier* utilizado pela metodologia francesa.<sup>15</sup>

Dentre as três escolas estudadas, só a de Bley possuía estudos e planejamento previamente elaborados na aplicação do Plano de Estudo.

A experiência desenvolvida com a aplicação da metodologia do Plano de Estudo em Bley foi registrada no documento escrito pelo ex-monitor Bruno Daniel,<sup>16</sup> teólogo e filósofo italiano a serviço do MEPES. Ele trabalhou em Bley do segundo semestre de 1974 a abril de 1977, quando retornou definitivamente à Itália. Durante esse período, Bruno Daniel e mais dois monitores conseguiram adequar os temas propostos do Plano de Estudo à realidade rural atingida por Bley.

Os passos da metodologia do Plano de Estudo registrados pela equipe que os desenvolveu em Bley, são descritos no Quadro 1.

<sup>15</sup> Esses dois Cadernos de Propriedade foram presenteados ao MEPES para arquivo. É importante salientar que a primeira turma do 3º ano (1974) de Alfredo Chaves, a qual pertenciam os dois irmãos, foi a última a trabalhar com o Caderno de Propriedade. Estes eram elaborados sob a orientação de um monitor treinado na Itália e pelo técnico agrícola italiano que retornou ao Espírito Santo para ser monitor da Escola Família, em 1969.

<sup>16</sup> O documento de Bruno Daniel já foi citado neste capítulo, *O Plano de Estudo: dois anos de experiência na EFA de Bley*. Em 1977 essa experiência ainda tinha continuidade porque os dois monitores que auxiliaram a testar os novos temas do Plano de Estudo e sua adequação ao currículo da Escola Família ainda se encontravam trabalhando em Bley. Entretanto não se sabe atualmente como está essa experiência, porque esses dois monitores se removeram para outras Escolas Famílias em 1978. Pôde-se observar que os alunos de Bley confeccionavam a pasta de Plano de Estudo como foi descrito anteriormente na citação número 8. Os temas dos Planos de Estudo versavam sobre informações da propriedade familiar, problemas do município e diversas situações enfrentadas pelo homem do campo, principalmente quanto às pragas, a instabilidade do clima e a dificuldade de escoamento da produção agrícola etc. Os temas estudados eram de natureza técnica (agropecuária), com conotações sócio-culturais e históricas, aprofundando-se sempre no aspecto do trabalho no meio rural. Ultrapassavam o estudo restrito da propriedade de familiar, não se enquadrando portanto no conceito de instrumento básico ao Caderno de Propriedade. Este, devido ao seu caráter técnico, restringiria a aplicação do Plano de Estudo a uma conotação mais social.

## QUADRO 1

## PASSOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DO PLANO DE ESTUDO NA ESCOLA DA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BLEY - 1977

P A S S O S	D I A S	RESPONSÁVEIS
a) Preparação na escola		
. escolha do assunto	segunda-feira	equipe de monitores
. conversa sobre o assunto com os alunos e elaboração do questionário	sexta-feira	um monitor e alunos
. revisão e elaboração do questionário pelos monitores	sexta-feira	dois monitores
. entrega dos questionários aos alunos	sábado	um monitor e alunos
b) Execução na família		
. leitura do questionário aos pais	durante os 15 dias em que o aluno fica em casa	o aluno e sua família
. pesquisa		o aluno perguntando a sua família
. elaboração das respostas		o aluno
c) Sistematização na escola		
. rápida correção do Plano de Estudo	segunda-feira	um ou dois monitores e os alunos
. colocação em comum da redação do Plano de Estudo	segunda-feira	equipe de monitores e alunos
. redação definitiva do Plano de Estudo	terça-feira	monitor de Comunicação e Expressão e alunos
. elaboração da síntese da colocação em comum	terça-feira	dois monitores
. entrega da síntese mimeo grafada aos alunos	quinta-feira	um monitor e alunos

Fonte: DANIEL, Bruno. Op. cit., p. 8.

A Escola Família de Km 41 aplica os passos do Plano de Estudo semelhante aos passos da Escola de Bley, porém seus temas são menos explorados e enriquecidos com conteúdos dos componentes curriculares.

Na escola de Rio Novo a realidade é oposta à experiência desenvolvida nas duas escolas do norte. O Plano de Estudo não é aplicado no 3º ano. No período da pesquisa (até agosto) esta escola havia desenvolvido apenas cinco Planos de Estudo, sendo três para o 1º ano e dois para o 2º ano. Pela observação realizada durante a coleta de dados e por informações prestadas pelas famílias dos alunos e por antigos monitores do MEPES, pôde-se concluir que a aplicação do Plano de Estudo nesta escola passou a constituir um trabalho isolado em relação ao currículo. Ele transformou-se num simples questionário para "dever de casa" e deixou de constituir a base sobre a qual o aluno analisaria a sua realidade.<sup>17</sup>

As informações emitidas pelas setenta e cinco famílias entrevistadas sobre a participação dos pais na execução do Plano de Estudo, que o filho leva para casa, demonstram que esse instrumento metodológico ainda precisa ser mais trabalhado pelas escolas, principalmente naquelas situadas no sul.

Quando se perguntava aos pais sobre o conhecimento que eles tinham do Plano de Estudo, a maioria respondia indagando: "é aquela folha do papel que (nome do filho ou filha) traz para casa toda semana para responder com os pais?"

<sup>17</sup> Os temas abordados nos Planos de Estudo da Escola Família de Rio Novo são os mesmos que vêm sendo aplicados desde 1972, conforme a pasta dos Planos de Estudo do arquivo desta escola. É importante assinalar que apenas um aluno do 2º ano da escola de Rio Novo alegou não gostar das atividades desenvolvidas com o Plano de Estudo. Seu desejo seria cursar a Escola Polivalente, porém frequentava a Escola Família por imposição dos pais, já que é tradição na sua família que os filhos estudem no MEPES.

O Quadro 2 mostra o conhecimento do Plano de Estudo por parte dos pais.

#### QUADRO 2

##### CONHECIMENTO DO PLANO DE ESTUDO PELOS PAIS - 1977

CONHECIMENTO DO PLANO DE ESTUDO	RIO NOVO		BLEY		Km 41		T O T A L	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Pai conhece	11	55	21	75,0	16	72,8	48	68,6
	9	45	7	25,0	6	27,2	22	31,4
Mãe conhece	8	40	19	63,4	19	79,2	46	67,0
	12	60	11	36,6	6	20,8	28	38,0

Fonte: Pesquisa de campo

Os pais, mesmo desconhecendo o significado do Plano de Estudo, auxiliam o filho na sua elaboração. Muitos o fazem mecanicamente, apenas porque têm que fazer e porque os monitores pedem que o façam, quando vão à Reunião de Pais.

As respostas ao questionário proposto pelo Plano de Estudo são dadas de acordo com a experiência que a família tem sobre o assunto. Utilizam-se para isso as diversas situações do dia a dia: trabalho na propriedade, conversas durante às refeições e geralmente à noite quando toda a família se reúne após o jantar. O pai é a pessoa que mais ajuda o filho, havendo uma maior participação da mãe quando se trata do Plano de Estudo da filha. Os irmãos e irmãs mais velhos também colaboram com o aluno. Quando reside por perto algum colega do mesmo, eles confrontam as diversas respostas obtidas a fim de redigirem um relatório mais completo.

A maioria dos alunos de Bley e Km 41, conforme o tema, discutem o assunto com os vizinhos, nos círculos familiares e nas reuniões dominicais da paróquia. O mesmo não acontece em Rio Novo. Os alunos desta escola, ao elaborarem o Plano de Estudo, só recebem ajuda da família e em um ou outro caso, dos colegas vizinhos.

Os pais, mesmo quando já estão sensibilizados para com o objetivo do Plano de Estudo dentro da metodologia da alternância, ainda sentem dificuldades na orientação que lhe é solicitada pelo filho. Conforme o assunto a ser discutido, se desconhecido pelos pais, a colaboração no caso, torna-se mínima e o filho passa a trabalhar na sua redação quase que praticamente sozinho. Dentre os três alunos que afirmaram que fazem os Planos de Estudo sozinhos, dois são filhos de assalariados rurais de Rio Novo e a outra é aluna de Km 41, também filha de assalariado rural.

Dentre os quarenta e oito pais que conhecem o significado do Plano de Estudo, vinte e dois (45,8%) afirmaram que tinham dificuldades em responder ao questionário. As dificuldades apresentadas, na maioria das vezes, estavam relacionadas com o baixo nível de instrução que os mesmos possuíam e com o desconhecimento sobre o tema proposto para estudo. Porém, é a falta de escolaridade dos pais que mais anula a participação dos mesmos na aplicação do Plano de Estudo. A linguagem proposta pelos questionários, na maioria das vezes, não se enquadra com o vocabulário conhecido por eles. Isso dificulta o relacionamento do tema com a experiência que a família adquiriu sobre o assunto.<sup>18</sup>

Uma pequena digressão sobre alguns fatores que condicionam a adoção e aceitação de qualquer ação educativa no meio rural, se faz necessária para melhor compreensão da aceitação ou não aceitação da Escola Família e seus procedimentos metodológicos pelos agricultores e seus filhos.

O MEPES introduziu suas escolas no meio rural capixaba de maneira empírica. O primeiro grupo de monitores treinados na Itália, ape-

<sup>18</sup>A situação acima foi observada na propriedade familiar de um parceiro, pai de um aluno do 2º ano da Escola Família de Alfredo Chaves, durante a fase de teste dos instrumentos. Naquela semana o aluno tinha que desenvolver um Plano de Estudo sobre Comercialização. O tema era desconhecido pelos pais, que não tinham experiência sobre o assunto. Além disso, a falta de escolaridade dificultava a compreensão do Plano quando lido pelo filho. Na vizinhança não havia outros jovens estudando na escola, o que impossibilitava a troca de experiências entre o aluno e seus vizinhos. Numa situação dessa natureza o Plano de Estudo é elaborado sozinho pelo aluno, e de maneira incompleta. Isso ocasiona um desinteresse tanto do filho como de sua família em relação a esse instrumento metodológico.

sar de boa vontade e intenções pouco conseguiam das famílias de seus alunos com relação a uma maior participação dos pais no trabalho de reflexão proposto pelo Plano de Estudo. As informações que este grupo tinha do meio a ser atingido limitava-se ao levantamento sócio-econômico efetuado pelo MEPES, no período anterior a sua criação. Faltava-lhes, portanto, o conhecimento dos aspectos psicológicos e sociológicos que acompanhariam a expectativa dos agricultores perante qualquer inovação educativa que visasse a mudança de seus hábitos e atitudes.

O conhecimento que os agricultores têm do papel da educação sempre se limitou ao trabalho realizado pela escola primária, um trabalho intermitente e desvinculado de qualquer ação educativa que proporcionasse a mudança do meio rural. A noção de fracasso deixada pela ação da escola primária sempre lhes é revivida pelo tempo gasto pelos filhos na aprendizagem daquilo que eles sempre consideraram como mínimo indispensável ao êxito no meio rural: a leitura, a escrita e as operações fundamentais de cálculo.

Foi nessa ambivalência frente à ação educativa que o Plano de Estudo foi introduzido. Sua introdução se fez do mesmo modo em que foi introduzida a escola primária, ou seja, um agente de mudança do meio urbano para modificar o meio rural. É preciso lembrar aqui, que das cinco escolas implantadas no sul, apenas as de Olivônia (Anchieta) e Campinho (Iconha) foram construídas dentro da zona rural. As outras três (Rio Novo, Alfredo Chaves e a escola feminina de Iconha) foram construídas na zona urbana desses municípios, para servir aos filhos dos agricultores, residentes na zona rural.

A literatura pertinente sobre o estudo da ação educativa no meio rural como meio propulsor de mudanças é unânime em reconhecer que "os melhores planos de desenvolvimento rural não têm valor senão na medida que são efetivamente postos em prática ao nível dos povoados. Ora, a residência das populações campestres à mudança dirigida é um fenômeno familiar a todo agente do desenvolvimento, seja ele educador sanitário, extensionista dirigente de corpo de cooperativas ou agente polivalente de desenvolvimento."<sup>19</sup>

<sup>19</sup>CLERCK, Marcel de. *Aspectos sociais da ação educativa no meio rural tradicional*. Paz e Terra, ano IV (9):93-121, out. 1969. p. 95.

A adoção e aceitação do Plano de Estudo pelos agricultores e seus filhos não pode ser vista fora do contexto de como é feita a comunicação do saber na zona rural. Na sociedade tradicional, o saber se transmite de pai para filho ou pelas pessoas que o grupo social reconhece como competentes no assunto. A aprendizagem de uma inovação é resultado do contato face a face do agricultor com as pessoas com as quais ele se comunica.<sup>20</sup>

Do que foi exposto até aqui sobre o Plano de Estudo, pode-se concluir que o sucesso da aplicação desse instrumento metodológico pela equipe de Bley não se deu ao acaso. Muitos fatores foram considerados para que os alunos e suas famílias aceitassem o Plano de Estudo. Entre eles, merecem destaque especial a importância dada à expressão oral dos alunos.

A comparação feita entre os Planos de Estudo aplicados em Bley e Rio Novo (Apêndices 2, 3 e 4) permite comprovar que a linguagem usada na redação do Plano de Estudo é um aspecto a ser considerado na aceitação do mesmo no meio rural.

Ao MEPES cabe continuar os estudos iniciados em Bley. Eles constituem apenas uma introdução para que o problema do Plano de Estudo encontre o caminho de sua solução.

"(...) Serão precisos ainda muitos anos de trabalho para progredir neste caminho, para corrigir as falhas e conseguir resultados satisfatórios, isto é, para que o PE se torne efetivamente INSTRUMENTO DE ANÁLISE E EXPRESSÃO da realidade e MOTIVAÇÃO das ALUNAS. (...) O PE não é só um problema de metodologia, isto é, não é suficiente saber usar corretamente as técnicas apropriadas para se conseguir bons resultados. As técnicas são indispensáveis mas não são suficientes. Junto com um bom conhecimento da metodologia precisa também uma certa mentalidade, uma certa sensibilidade, uma certa maneira de encarar a vida e a escola. As técnicas são importantes, mas muito mais importante é a pessoa que aplica as técnicas."<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Ibidem, p. 100-1.

<sup>21</sup> DANIEL, Bruno. Op. cit., p. 1 e 11.

### 2.2.2. A Folha de Observação

A Folha de Observação é um recurso didático utilizado pela *Maison Familiale* como apoio à realização do Plano de Estudo. Ela tem a função de guia de trabalho, onde o aluno anota as observações feitas na propriedade familiar que, posteriormente analisadas na escola, servem de complemento à redação do Plano de Estudo.

Dentre as três escolas só a de Bley utilizou duas vezes esse recurso didático. Os monitores de Rio Novo e Km 41 haviam ouvido falar da existência da Folha de Observação, não sabendo, no entanto, como utilizá-la.